



DESAFIOS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS PARA O MARANHÃO EM CENÁRIO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Entrevista Especial com Lourvídia Serrão Caldas¹
Entrevistadora: Professora Dra. Maria Tereza Borges Araujo Frota²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e29676>

Contextualização

O cenário de Insegurança Alimentar no Maranhão apresenta desafios históricos e estruturais, frequentemente posicionando o estado com índices superiores à média nacional, especialmente nas formas grave e moderada, que afetam severamente as populações rurais, quilombolas e as periferias urbanas.

Para enfrentar essa realidade, o estado tem articulado estratégias intersetoriais fundamentadas no SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), destacando-se a Rede de Restaurantes Populares: A maior rede do país, que garante refeições nutricionalmente balanceadas a preços simbólicos; o fortalecimento da Agricultura Familiar: Programas de compras governamentais (como o PAA e PNAE) que conectam o pequeno produtor diretamente ao prato de quem mais precisa, fomentando a economia local; Acesso à Água: Implementação de cisternas de consumo e produção essenciais para a resiliência no Semiárido maranhense; Combate ao desperdício, por meio do Banco de Alimentos; Políticas de Transferência de Renda: Complementação e busca ativa via Cadastro Único para garantir que benefícios como o Bolsa Família alcancem os bolsões de pobreza extrema.

¹ Secretária Adjunta da Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar – SASAN da Secretária Adjunta de Segurança Alimentar - SASAN/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social SEDES

² Nutricionista. Doutora em Nutrição em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP); Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão e coordenadora da Liga Acadêmica de Nutrição e Políticas Públicas. E-mail: mtba.frota@ufma.br

A convergência entre o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e as diretrizes federais do plano "Brasil Sem Fome" busca não apenas o alívio imediato da fome, mas a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) de forma sustentável e permanente.

Eixo I: Governança e Federalismo

Entrevistadora: Como a gestão atual articula o cofinanciamento e a adesão dos entes subnacionais ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) para evitar a fragmentação das ações na ponta?

Lourvídia Serrão Caldas A gestão do SISAN no estado trabalha fortemente no sentido de promover a estruturação dos componentes do SISAN, Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), instituídos, regulamentados e legitimados por leis e decretos, de forma a cumprir os requisitos para adesão ao SISAN, possibilitando a organização da governança do SISAN no âmbito municipal. Além disso, realiza a capacitação de gestores, técnicos e conselheiros municipais, para operacionalização da CAISANs e COMSEAs, bem como, para elaboração dos planos municipais de SAN, visando a atuação qualificada para trabalhar de forma integrada desde a elaboração do planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas e ações de SAN. Isso reforça a lógica de promover uma atuação menos fragmentada e mais integrada, porque viabiliza a participação das diferentes áreas (assistência social, saúde, agricultura, educação) da SAN a atuarem dentro de um mesmo espaço institucional, conforme preconizado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

A articulação para cofinanciamento se dá nos espaços de diálogo e participação que acontecem nas conferências, reuniões ordinárias, encontros, presenciais e online, das CAISANs e CONSEAs, envolvendo as três esferas de governo, federal, estadual e municipal, onde o debate tem se dado em torno da criação do Fundo de SAN para viabilizar repasse fundo a fundo, além das formas de repasse de recursos que atualmente acontece por meio da execução dos programas federais a exemplo do Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), convênios e contratos de repasses firmados a partir dos editais de chamamento público, para implantação e modernização dos equipamentos de SAN (Banco de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Solidárias), os quais apresentam alguns pontos de fragilidades que exigem maior investimento e melhor gestão.

Entrevistadora: Quais são os mecanismos institucionais utilizados para garantir a convergência entre as políticas de transferência de renda e as ações estruturais de acesso ao alimento, superando a lógica de atuação em "caixinhas"?

Lourvídia Serrão Caldas: A CAISAN é o principal mecanismo de promoção da intersetorialidade por ser um espaço institucional obrigatório de articulação das políticas públicas de SAN, que conta com os grupos de trabalho intersetoriais, envolvendo assistência social, saúde, educação, agricultura, igualdade racial e demais secretarias.

Além disso, a implementação do Protocolo Brasil Sem Fome, no âmbito do Plano Brasil Sem Fome, que se constitui um instrumento estratégico de articulação intersetorial para priorização, coordenação e direcionamento de políticas públicas, com objetivo de orientar os processos de identificação, atendimento e acompanhamento de pessoas em risco de INSAN, integrado às redes Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e SISAN. O Protocolo organiza procedimentos, informações e fluxos, define responsabilidades e orienta a atuação conjunta dos setores envolvidos.

Outro aspecto importante é a existência dos sistemas de acompanhamento e cruzamento de dados a exemplo do Cadastro Único – CADUNICO, onde as famílias cadastradas que responderam à Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) no SUS e apresentaram risco de IA terão a informação/marcação no seu cadastro para serem priorizadas no Programa Bolsa Família, além de receberem atenção especial para serem inseridas em outros programas, serviço e benefícios

Eixo II: Desenho e Implementação de Políticas

Entrevistadora: No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quais foram os principais ajustes metodológicos realizados para ampliar a participação de grupos historicamente marginalizados (mulheres, indígenas e quilombolas)?

Lourvídia Serrão Caldas O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, fortalecido em 2023, criou mecanismos de inclusão e priorização de povos e comunidades tradicionais (Indígenas e quilombolas) com o objetivo de garantir o DHAA e a Segurança Alimentar e Nutricional, combater a vulnerabilidade desses segmentos.

Para inclusão no PAA:

- a) Indígenas e quilombolas são considerados beneficiários prioritários para vender sua produção para o governo;

- b) Foi flexibilizada a exigência do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, Indígenas e quilombolas podem participar o número do documento do CADÚNICO – NIS;
- c) Limite de venda próprio cada unidade familiar pode vender até R\$ 15.000,00 por ano;
- d) Permitido a venda de alimentos perecíveis e não perecíveis produzidos pelos povos e a doação dentro dos territórios;
- e) A iniciativa visa combater as práticas de distribuição de cestas básicas com alimentos que não são da cultura alimentar desses povos, além de combater a insegurança alimentar nos territórios.
- f) As normas foram definidas pelo GGPA- Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. Resolução número 20, de 16 de abril de 2025.

Entrevistadora: Qual é a estratégia de expansão e manutenção da rede de Cozinhas Solidárias e Restaurantes Populares, e como esses equipamentos são integrados à rede socioassistencial (CRAS/CREAS)?

Lourvídia Serrão Caldas: Atualmente o foco tem sido na ampliação da rede de Restaurantes Populares (RPs) com a implantação de novas unidades nos municípios onde ainda não existem, fornecendo diariamente café, almoço e jantar, além de garantir a manutenção das cozinhas comunitárias do bairro Bequimão e de Marudá, em Alcântara. As cozinhas comunitárias atendem apenas as famílias referenciadas pelos CRAS que faz o acompanhamento e repassa a lista nominal das famílias para SEDES.

Eixo III: Monitoramento e Avaliação

Entrevistadora: Como os dados da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) e do CadÚnico são cruzados para o desenho de políticas de "busca ativa" que identifiquem a insegurança alimentar invisível aos registros administrativos? Existe alguma articulação com o setor saúde para a utilização dos dados da TRIA (Triagem de Risco de Insegurança Alimentar) pela Assistência?

Lourvídia Serrão Caldas: Os dados do CADUNICO são utilizados como parâmetros para implementação das ações de busca ativa do público prioritário da política de Assistência Social e SAN, para acompanhamento e inclusão das famílias nos programas serviços e benefícios disponíveis. A implementação do Protocolo Brasil Sem Fome vem reforçar essa iniciativa, considerando que está sendo implementado inicialmente nos municípios que apresentam maior número absoluto de domicílios em

situação de risco de IA, os quais foram identificados por meio do CADINSAN;; a pesquisa foi realizada a partir do cruzamento de dados da EBIA e da TRIA.

Entrevistadora: Quais indicadores longitudinais estão sendo priorizados para avaliar se o programa está conseguindo romper o ciclo intergeracional da desnutrição e da pobreza?

Lourvídia Serrão Caldas: Os Indicadores mais utilizados: EBIA - Escala de percepção da fome; consumo alimentar; disponibilidade e acesso a alimentos, estado nutricional e fatores de renda e socioeconômicos.

Entrevistadora: Considerando a transição nutricional no Brasil, como as políticas da pasta estão incorporando as recomendações do *Guia Alimentar para a População Brasileira* no combate ao avanço do consumo de ultraprocessados entre os beneficiários?

Lourvídia Serrão Caldas: No cenário da transição nutricional no Brasil — marcado pela coexistência de deficiências nutricionais e pelo aumento expressivo da obesidade — as políticas de Desenvolvimento Social têm passado por uma reformulação estratégica.

O combate aos alimentos ultraprocessados entre beneficiários do Bolsa Família não ocorre de forma isolada, mas sim através da intersectorialidade entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e as gestões estaduais e municipais.

Uma das mudanças mais significativas (Decreto nº 11.936/2024) foi a nova composição da Cesta Básica Nacional. A pasta de Desenvolvimento Social agora prioriza alimentos *in natura* ou minimamente processados, em conformidade com a "Regra de Ouro" do Guia Alimentar. Os equipamentos públicos para a garantia da SAN Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias utilizam o Guia como referência para elaborar cardápios que valorizam a culinária regional e a comida de verdade, reduzindo a dependência dos beneficiários em relação a produtos industrializados baratos (frequentemente mais acessíveis em desertos alimentares).

Paralelamente, o Ministério da Saúde coordena a Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade, que inclui no nível local:

- a) **Acompanhamento de Condicionais da saúde:** O monitoramento do peso e altura dos beneficiários do Bolsa Família na saúde é usado como gatilho para intervenções nutricionais que desencorajam o consumo de ultraprocessados.

- b) **Protocolos de Cuidado:** Implementação de protocolos que vinculam o recebimento do benefício a orientações específicas baseadas na classificação NOVA (que divide os alimentos pelo grau de processamento).

Além disso, os estados gerem recursos do PAA para comprar alimentos diretamente de agricultores familiares e destiná-los a equipamentos de segurança alimentar e a populações vulneráveis.

Apesar dos avanços, o grande desafio enfrentado é o baixo custo e a conveniência dos ultraprocessados, com a necessidade do fortalecimento de subsídios para feiras livres e mercados populares nas periferias, aproximando a oferta do Guia Alimentar do bolso do beneficiário, assim como da utilização do Guia Alimentar como ferramenta de educação pedagógica na rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), assim como a inclusão explícita de metas de redução do consumo de ultraprocessados, utilizando o Guia Alimentar como métrica de qualidade no Plano de SAN do estado e dos municípios.

Eixo IV: Interseção com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Entrevistadora: Quais são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável considerados na elaboração dos planos, políticas e programas de SAN? De que forma o Plano Estadual de Segurança Alimentar incorpora o conceito de "adaptação climática", considerando que eventos extremos afetam diretamente a produção e o preço dos alimentos para as famílias vulneráveis?

Lourvídia Serrão Caldas: O Plano Estadual de SAN contempla ações que consideram e estão relacionadas aos **ODS 1 – Erradicação da Pobreza para promoção da Renda** que é determinante direto para acesso aos alimentos; **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável** cujo eixo central é o acesso à alimentação adequada, produção sustentável e combate à fome; **ODS 3 – Saúde e Bem-Estar** Relaciona-se à qualidade da alimentação e aos impactos nutricionais; **ODS 10 – Redução das Desigualdades** Fundamental para olhar territorial e grupos vulneráveis e **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis com ações voltadas para combater o desperdício de alimentos, cadeias sustentáveis e alimentação saudável.**

EIXO V: Participação popular e Controle social

Entrevistadora: Qual o impacto prático da reativação do CONSEA na formulação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e como as recomendações do conselho são traduzidas em atos normativos?

Lourvídia Serrão Caldas: A reativação do CONSEA NACIONAL e dos demais conselhos estaduais e municipais obteve ganhos significativos no combate à fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional no país, primeiro com a atuação principal de assessoramento ao Presidente da República e demais gestores federativos. A articulação entre as políticas públicas, o modelo de constituição do CONSEA, 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público favorecem que as demandas da população cheguem a influenciar nas decisões e nas diretrizes do governo. O CONSEA é um componente fundamental para o fortalecimento do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo um importante elo de articulação entre as diversas políticas públicas afins à SAN: Saúde, Educação, Agricultura e Assistência Social. Outro impacto importante é a volta das realizações das Conferências de SAN, como espaço de escuta da sociedade e construção coletiva de propostas de ações para elaboração dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional, além do monitoramento do plano nacional de SAN. A volta do CONSEA impulsionou os programas de SAN, como por exemplo: o PAA e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação escolar fortalecendo a compra da agricultura familiar, a obrigatoriedade com o aumento do percentual de 30% para 45% e com reajuste do valor percapta repassado pelo Governo Federal aos municípios.